



## LEGISLATIVAS 2005





# 10 PROPOSTAS

Legislativas 2005

## O Futuro é Agora!

O próximo dia 20 de Fevereiro levanta um importante e decisivo desafio à juventude portuguesa. Representa a oportunidade que temos de agarrar o futuro pelas nossas mãos e de o construirmos desde já. Não podemos deixar para outros as decisões sobre o nosso país e as nossas vidas. Chegou a vez dos jovens! Chegou a nossa vez!

Os últimos 3 anos de governação PSD/PP foram desastrosos para o país e em particular para os jovens. Nos últimos 2 anos e meio a taxa de desemprego jovem aumentou para cerca de 16% (foram mais 24 mil jovens desempregados, o que constituiu um aumento de 34%), a 6ª mais elevada da União Europeia. O nosso país conta agora com quase 100 000 jovens desempregados. O emprego jovem é cada vez mais precário. Tornou-se cada vez mais difícil para um jovem arrendar ou adquirir casa própria, uma vez que a coligação de direita acabou com o crédito bonificado para a compra de habitação jovem, não apresentando alternativa e reduzindo o apoio ao arrendamento jovem. Desinvestiu drasticamente na educação pública e retrocedeu em matéria de educação sexual.

A direita desistiu dos jovens.





A Juventude Socialista representa uma esquerda de combate. Uma esquerda jovem que não se resigna perante o discurso da inevitabilidade do conservadorismo neoliberal, com a sua agenda política obscurantista, intolerante e discriminatória e com a sua agenda económica privatizadora, liberalizante e desregulamentadora.

A Juventude Socialista defenderá e lutará por uma alternativa. Por um país onde os jovens tenham o seu papel valorizado. Defenderemos um emprego de qualidade e com direitos, o direito à habitação, um ensino público e de qualidade e combateremos a intolerância e todos os tipos de discriminação. Queremos uma sociedade mais livre e mais igual, mais inclusiva, tolerante e respeitadora das diferenças.

Chegou a vez dos jovens! O nosso futuro é agora!

**Secretário Geral da JS**

Candidato a Deputado pelo círculo de Aveiro





## Plano Nacional de Emancipação Jovem

Defendemos a elaboração de um Plano Nacional, coordenado pela Secretaria de Estado da Juventude, que identifique os bloqueios e obstáculos que dificultam a emancipação dos jovens portugueses e que ao mesmo tempo preveja um conjunto de medidas para que esses obstáculos sejam superados.

A emancipação, autonomização ou independência é um dos objectivos fundamentais dos jovens. Este é um dos passos mais importantes nas nossas vidas e fundamental para a nossa formação como cidadãos plenos. Infelizmente, este passo é cada vez mais difícil de ser concretizado. Os jovens portugueses saem cada vez mais tarde de suas casas e não é por não desejarem iniciar as suas vidas com autonomia. As razões também não são culturais, nem têm apenas a ver com o alargamento da escolaridade.

Para a Juventude Socialista, são três os principais obstáculos para a concretização da emancipação dos jovens portugueses: **o desemprego jovem, a precariedade do emprego e as dificuldades no arrendamento ou aquisição de habitação própria.**

O combate contra estes três problemas constitui o combate prioritário da Juventude Socialista. Uma sociedade avançada exige uma juventude emancipada, mais confiante, participante e dinâmica. A emancipação é fundamental para que a nossa geração possa dar o seu contributo para o desenvolvimento e progresso de Portugal. Entendemos que um Plano





Nacional, que trate de forma integrada a identificação dos obstáculos e as soluções para os superar, é a melhor e mais eficaz maneira de responder a este desafio.

Entre outras medidas defendemos que o Plano contemple:

- A aposta na formação profissional para jovens com baixas qualificações;
- O reforço dos apoios e incentivos à contratação de jovens licenciados e pós-graduados;
- O reforço dos apoios e incentivos ao empreendedorismo jovem e à criação de empresas por jovens;
- O combate ao recurso abusivo e ilegal a contratos a prazo e a contratos de prestação de serviços, com um reforço da fiscalização;
- Incentivos às empresas que passem jovens contratados a prazo, em regime de 1º emprego, para contratos sem prazo;
- Revisão do “Incentivo ao arrendamento jovem” no sentido de o tornar mais acessível;
- Uma verdadeira e efectiva aposta na habitação a custos controlados para jovens;
- Que se fomente nos planos de reabilitação urbana, nomeadamente dos centros urbanos, a promoção de habitação para arrendamento ou venda a jovens.





## **Máximo de 20 alunos por turma**

Defendemos a redução do número máximo de alunos por turma, como uma medida indispensável para um ensino de qualidade e para a melhoria dos níveis de sucesso escolar. Propomos um número máximo de 20 alunos por turma no 2º e 3º ciclos do ensino básico e no ensino secundário e um número máximo inferior a 20 alunos por turma no 1º ciclo do ensino básico.

O abandono e insucesso escolar são o maior drama do nosso país em matéria de educação. De facto, e de acordo com o Eurostat, Portugal detêm os piores índices da Europa dos 25, no que diz respeito ao abandono escolar (total de indivíduos entre os 10 e os 15 anos que não concluiu o 3º ciclo e não se encontra a frequentar a escola) e à saída precoce da escola (total de indivíduos entre os 18 e os 24 anos que não concluiu o ensino secundário e não se encontra a frequentar a escola). A título ilustrativo, os últimos dados do Eurostat revelaram que, em Portugal, a percentagem de saídas precoces se situa nos 44,8%, quando a média europeia ronda os 19% e a Espanha (o 2º país com a mais elevada taxa da Europa depois de Portugal) os 29%. As consequências do abandono escolar são diversas e muito graves. Atira os jovens que abandonaram a escola para empregos precários, sendo que muitos outros acabam por cair em situações de marginalização e exclusão social; reproduz as desigualdades sociais e prejudica o objectivo do nosso país de aumentar os níveis de produtividade da nossa economia. O combate ao abandono e insucesso escolar é, portanto, um dos maiores desafios que se coloca, actualmente, a Portugal.



***Uma mão  
cheia de ideias.***



Apesar de acharmos que este fenómeno só se previne através de um Programa integrado de combate ao abandono e insucesso escolar, entendemos que a redução do número máximo de alunos por turma é um elemento fundamental para a prossecução deste objectivo.

Turmas mais pequenas permitem um acompanhamento mais individualizado dos alunos por parte do professor. Os alunos têm ritmos e necessidades de aprendizagem diferentes e só turmas com menos estudantes permitem que ninguém fique para trás ou excluído da experiência educacional.





## **Gratuidade dos manuais escolares**

Defendemos a gratuidade dos manuais na escolaridade obrigatória.

A Constituição da República Portuguesa obriga o estado português a assumir a responsabilidade de assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito. No entanto, o disposto constitucional ainda não é cumprido em absoluto, uma vez que a escolaridade obrigatória em Portugal está longe de ser gratuita. É o caso da despesa em manuais escolares que continua a ser suportada pelas famílias portuguesas a muito custo e gerando grandes dificuldades financeiras em muitos agregados familiares.

Se a escolaridade é obrigatória, então todas as ferramentas básicas para o cumprimento da mesma, como é o caso dos manuais escolares, devem ser gratuitas.

Os custos dos manuais escolares não podem servir de pressão para o abandono escolar. Nenhuma família portuguesa deveria ter de se endividar, como acontece com cada vez mais agregados familiares, nem ficar numa situação de aperto orçamental para poder ter os seus filhos a cumprir a escolaridade obrigatória.







O apoio social disponibilizado pelo Serviço de Apoio Sócio-Educativo (SASE) é francamente insuficiente, não servindo para cobrir metade das despesas com manuais e materiais escolares, e só abrange agregados familiares com muito baixos rendimentos. Não existe mercado de manuais usados. Os manuais escolares vendidos em Portugal são desnecessariamente luxuosos e portanto, desnecessariamente caros.

A despesa pública em manuais escolares não seria significativa e só seria efectuada no primeiro ano de cada período em que os manuais escolares se mantêm sem alterações, uma vez que seriam reutilizados nos anos seguintes. É assim em muitos países da Europa. A economia portuguesa desperdiça recursos com os manuais escolares, por um lado porque os manuais vendidos são desnecessariamente luxuosos e por outro porque no final de cada ano os livros não são reutilizados por outros alunos. Não basta racionalizar a despesa do Estado, é preciso racionalizar a despesa da economia como um todo e a melhor forma de o conseguirmos, neste caso em concreto, é através da gratuidade dos manuais escolares.





## 12ºano de escolaridade obrigatório

É para nós fundamental a concretização efectiva do alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12º de escolaridade. Entendemos que este é um passo decisivo para o aumento das qualificações da população portuguesa e para a construção da sociedade de conhecimento que ambicionamos. Conscientes de que não basta alargar a escolaridade por decreto, é preciso, simultaneamente, desenvolver um conjunto de condições que tornem efectivo o cumprimento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano.

Portugal não poderá aspirar a ter uma economia do conhecimento, avançada e competitiva se não apostar no aumento das qualificações da sua população. Infelizmente, apresentamos a mais baixa percentagem de população que conclui pelo menos o Ensino Secundário da OCDE. Na verdade, apenas 20% da população portuguesa, pertencente ao grupo etário dos 25-64 anos, tem o Ensino Secundário concluído, francamente menos que a média da OCDE (65%). Por incrível que pareça estamos ao nível de países como a Turquia (25%) ou o México (13%). A Grécia, país da coesão tal como nós, tem 50% e a República Checa, país do alargamento, tem 88% da sua população com o Ensino Secundário concluído. É urgente alterar este quadro negro se não quisermos ver a nossa economia penalizada por causa da escassez de quadros qualificados.

A par do alargamento da escolaridade obrigatória ao 12º ano, defendemos o reforço da via tecnológica do ensino público. A oferta de uma gama mais





variada de vias de ensino secundário profissionalizantes, na esfera pública, assume-se como um imperativo, com vista ao desenvolvimento de uma força de trabalho técnico mais especializada e competitiva. De salientar que Portugal denota uma percentagem de alunos na via geral de ensino (71,7%) muito superior aos restantes países da OCDE (média=48,5%) e, portanto, uma percentagem de alunos nas vias de cariz vocacional (28,3%) muito inferior à média dos países da OCDE (47,2%).



***Uma mão  
cheia de ideias.***



## **2ºciclo de Ensino Superior financiado pelo Estado**

Ao observarmos os variados estudos e relatórios sobre educação, que se vão elaborando um pouco por todo o mundo, apercebemo-nos que em todos eles o desenvolvimento económico e social dos Estados se deve em grande parte ao investimento realizado na educação das pessoas e no investimento sério e sem complexos nos diversos subsistemas de ensino.

Na Europa, os países que se encontram tecnológica, social e economicamente mais desenvolvidos, onde a desigualdade social é manifestamente inferior à vivida em Portugal, atribuem o seu sucesso em larga medida ao investimento feito na educação e formação ao longo da vida.

A visão de um sistema de ensino como custo para o Estado e para a sociedade é fruto daqueles que não percebem, ou não querem perceber, o alcance estrutural de ter uma população mais qualificada, mais apta para responder aos desafios globais e europeus.

O processo de Bolonha assume um papel decisivo e fundamental para que a Europa possa ser, definitivamente, um espaço de mobilidade de pessoas e habilitações.

Para que Bolonha seja verdadeiramente uma realidade não basta que se eliminem os obstáculos respeitantes à atribuição de graus e diplomas, através da introdução de 2 ciclos no Ensino Superior (formação inicial+formação pós-graduada). É necessário que o Estado assuma como prioridade financiar o 2ºciclo do ensino superior, uma vez que, em Portugal o mestrado custa em





média cerca de 4 mil euros enquanto que no resto da Europa os custos são bem inferiores ou, nalguns casos inteiramente suportados pelo Estado. Acresce, ainda, o facto do rendimento médio dos portugueses ser manifestamente inferior à maioria dos países da União Europeia.

Tendo em conta a realidade portuguesa e a distância existente relativamente ao contexto europeu, o Estado tem a obrigação de financiar a formação quer no 1º, quer no 2º ciclo do Ensino Superior, de forma a que as despesas não recaiam, única e exclusivamente, sobre as famílias. A preços de mercado apenas uma pequena parte da população portuguesa se encontraria em condições de suportar os custos, o que afastaria, ainda mais, Portugal da Europa do conhecimento, da inovação e do progresso.





## Educação Sexual nas escolas

Portugal é o segundo país da Europa com maior número de adolescentes grávidas, destacando-se também no quadro europeu do aborto clandestino. Enquanto que no resto da Europa a incidência de Doenças Sexualmente Transmissíveis diminuiu, em Portugal continua a subir. Segundo um estudo realizado pelo Centro de Estudos da Família do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas mais de 40% dos portugueses não usam sempre o preservativo em relações ocasionais ou quando têm mais do que um parceiro sexual e 20% nunca utilizam o preservativo. A educação sexual nas escolas é fundamental para começarmos a inverter este quadro negro e dramático.

A educação sexual nas escolas, para além de constituir um importante meio para prevenir as gravidezes indesejadas na adolescência e as doenças sexualmente transmissíveis como o HIV, é também fundamental para: promover o conhecimento da sexualidade como elemento positivo da condição humana e das relações que vamos estabelecendo ao longo das nossas vidas; promover a igualdade dos direitos entre os homens e mulheres; prevenir e combater o assédio e o abuso sexual; ensinar a noção de responsabilidade e a importância dos afectos nas relações; combater o preconceito e promover a tolerância com a diversidade e as diferentes orientações sexuais.

Nos últimos anos avançou-se em matéria de educação sexual nas escolas. Foi com o Partido Socialista que se deram os mais importantes e determinados passos para que a educação sexual fosse uma realidade, nomeadamente com





a aprovação da lei 120/99 e do decreto-lei 259/2000. Durante o período de governação socialista milhares de professores receberam formação em Educação Sexual, várias foram as escolas que se envolveram com sucesso em projectos de educação sexual e muitos foram os alunos que receberam educação sexual. Infelizmente, com a direita este processo foi interrompido.

Os jovens portugueses não podem estar dependentes das vontades de diferentes governos ou das escolas. Apesar de acharmos ter sido um importante avanço o ensino transversal da educação sexual, entendemos ser necessário dar mais um passo em frente para garantirmos uma efectiva educação sexual a todos os alunos.

Por isso defendemos que a educação sexual deve ser parte de uma disciplina mais abrangente no âmbito da formação pessoal e social.





## Referendo à Interrupção Voluntária da Gravidez

A defesa da legalização da Interrupção Voluntária da Gravidez foi sempre uma das questões mais caras à Juventude Socialista por constituir um dos maiores flagelos da sociedade portuguesa. Em Portugal, estima-se que uma em cada quatro mulheres já recorreu ao aborto clandestino e que dezasseis mil mulheres portuguesas recorrem anualmente a esta solução, muitas das quais em condições inumanas e indignas, por falta de meios médicos e de acompanhamento psicológico.

Infelizmente, a direita chumbou em 2004 um novo referendo pedido por mais de 150 mil portugueses através de abaixo-assinado. Foram mais dois anos em que as mulheres tiveram de continuar a recorrer ao drama do aborto clandestino, apenas por causa de um suposto acordo de poder entre o PSD e o PP. Tiveram, ainda, oportunidade de revelar o seu autoritarismo intolerante quando proibiram o barco BornDiep de atracar na nossa costa.

A perpetuação da hipocrisia em relação à interrupção voluntária da gravidez não elimina o problema, apenas o sujeita à clandestinidade. Os números do aborto clandestino em Portugal atestam que apesar da pena de prisão até três anos e dos julgamentos em praça pública, esta lei proibitiva não terminou com o mesmo, apenas sujeitou as mulheres às suas consequências profundamente negativas.







A postura da Juventude Socialista é a de encarar este drama social com soluções, minorar as consequências físicas e psicológicas da mulher que é compelida pelas mais diversas ordens de razão, a interromper uma gravidez. Por isso, propomos que a sociedade portuguesa seja chamada a pronunciar-se novamente por via de referendo sobre esta matéria de saúde pública e de direitos fundamentais, para acabar definitivamente com a hipocrisia que tem pautado tanto a discussão, como a resolução desta matéria. Estamos convictos que a maioria da população é favorável à Interrupção Voluntária da Gravidez e que desta vez os portugueses não vão perder a oportunidade de acabar com o flagelo do aborto clandestino.

Portugal não pode ser só Europa para algumas coisas, e é também por isso que queremos concretizar os pedidos e directivas efectuados pelo Parlamento Europeu aos seus Estados-Membros, no sentido de os governos com legislação proibitiva (Portugal e Irlanda) criarem condições para a mulher ter direito à escolha.





## **Regulamentação das Uniões de Facto**

A Juventude Socialista tem na luta contra todos os tipos de discriminação e na defesa da diversidade duas das suas prioridades. Pugnamos por uma sociedade livre de preconceitos, tolerante, que aceita a diferença e garanta direitos iguais para todos.

No que diz respeito ao combate contra a discriminação com base na orientação sexual, a JS esteve sempre na primeira linha. Foi assim quando defendemos e promovemos a extensão das Uniões de Facto aos casais homossexuais e agora mais recentemente com a alteração do Artigo 13º da Constituição que passou a consagrar o princípio da não discriminação em função da orientação sexual. Estas duas vitórias do movimento homossexual constituem também duas das maiores vitórias da JS.

A luta contra a discriminação com base na orientação sexual está longe de estar terminada, uma vez que são muitas as discriminações que persistem na lei e na sociedade.

Vamos avançar com a Regulamentação das Uniões de Facto. Neste âmbito defenderemos a possibilidade de registo, por casais de gays e lésbicas, das suas uniões de facto. Para que assim se facilite a reivindicação de direitos e o reconhecimento no estrangeiro da união de facto.





Entendemos, também, ser indispensável para o combate contra a discriminação e a homofobia que se aprove uma Lei Anti-Discriminação abrangente, mas que preveja explicitamente o combate contra a homofobia e que seja criada uma Agência para a Igualdade que promova a igualdade e o combate a todos os tipos de discriminação, incluindo a com base na orientação sexual.

A Juventude Socialista pretende também lançar a discussão pública sobre o casamento civil entre homossexuais. Esta continua a ser uma das discriminações com base na orientação sexual presente na legislação portuguesa, apesar da alteração ocorrida no Artigo 13º da Constituição.

Um casal heterossexual, avaliando os direitos e deveres em causa, pode optar entre o casamento civil e a união de facto. Um casal homossexual não pode optar, uma vez que tem apenas acesso à união de facto. Os homossexuais ficam portanto excluídos de um conjunto de direitos que estão previstos apenas para o casamento civil.

Em Espanha já é uma opção para os casais homossexuais. É para nós importante que esta questão seja debatida, sem preconceitos, também no nosso país.





## Regulamentação da Prostituição

Em Portugal, o exercício da prostituição não se encontra legalmente proibido em sede de Código Penal. O nosso enquadramento jurídico actual apenas pune a exploração da prostituta (isto é, o proxenetismo ou lenocínio).

A ausência de enquadramento legal da prostituição submete as pessoas que se dedicam a esta actividade, na sua esmagadora maioria mulheres, a uma situação de grande vulnerabilidade, de fragilidade e exclusão. Sem enquadramento que as proteja, estas mulheres estão condenadas a uma vida sem direitos e de exclusão social e expostas a condições de vida miseráveis e perigosas, a elevados riscos de saúde e a vários tipos de violência e exploração.

Em nome da moralidade temos todos condenado um grupo da nossa sociedade a condições de vida degradantes, à exploração e à exclusão. Ao Estado não cabe decidir da moralidade ou da imoralidade desta actividade. Ao Estado cabe proteger todos os cidadãos, nomeadamente os mais vulneráveis.

Não podemos fazer de conta que a prostituição não existe. Não podemos fechar os olhos às condições de vida desumanas a que tantas mulheres estão sujeitas. Temos de encarar de frente esta realidade e através de um enquadramento legal minimizar os problemas inerentes a esta actividade e dos que decorrem da ausência desse enquadramento jurídico.





É por tudo isto que a Juventude Socialista defende há já alguns anos a Regulamentação da Prostituição. A regulamentação para além de garantir direitos sociais, de saúde e fiscais e condições de trabalho mais seguras e higiénicas às pessoas que se dedicam ao exercício da prostituição, permitirá combater mais eficazmente a prostituição infantil, a prostituição forçada, o tráfico de mulheres e o aumento de imigrantes ilegais a trabalhar na prostituição.





## **Legalização das drogas leves**

Durante o período de governação socialista fizeram-se avanços importantes relativamente à política de combate à toxicod dependência. Em 2000 foi aprovada legislação que descriminalizou o consumo de drogas. Os consumidores deixaram de ser tratados como criminosos o que possibilitou implementar uma política mais eficaz de prevenção e de redução de danos.

Na sequência do sucesso que foi a descriminalização do consumo de drogas, entendemos que se deve dar um novo passo. Defendemos, portanto, a legalização das drogas leves com a vista a separar o mercado de drogas leves (cannabis e seus derivados) do mercado de drogas duras (por exemplo, cocaína e heroína). O principal objectivo desta medida é dificultar o contacto dos consumidores de drogas leves com os narcotraficantes, que tentam recorrentemente aliciar os seus clientes a comprar drogas duras.

A legalização permitiria também uma política mais eficaz e descomplexada de informação e permitiria o controlo da qualidade das substâncias que são consumidas. A legalização das drogas leves não acabaria, como é óbvio com o consumo das mesmas, tal como o proibicionismo não o conseguiu, mas permitiria lidar mais eficazmente com os problemas associados ao consumo e ao proibicionismo.

O proibicionismo falhou no combate ao consumo de drogas. Nunca ninguém, que o quisesse, deixou de adquirir cannabis por ser proibido. Nos EUA, um dos





países mais repressivos em matéria de política de drogas, o consumo continua a subir. Enquanto que a Holanda, país onde é possível consumir cannabis em estabelecimentos autorizados, apresenta os mais baixos níveis de consumo de heroína da Europa.

Nem sequer existem razões fortes para proibir o consumo de drogas leves. Os perigos para a saúde individual e pública não são superiores aos perigos que advêm do consumo de álcool ou tabaco, antes pelo contrário. Não existe registo de mortes provocadas por consumo em excesso de haxixe ou marijuana, ao contrário das mortes relacionadas directa e indirectamente com o consumo de álcool. Mas dizer que qualquer coisa é perigosa não constitui razão para a proibir. Quem acharia aceitável ou compreensível a proibição do consumo de álcool ou tabaco?





## OUTDOORS







*O futuro é agora!*

# Educação Sexual nas Escolas



Uma mão cheia de ideias.



*O futuro é agora!*

# Plano Nacional de Emancipação Jovem



Uma mão cheia de ideias.





*O futuro é agora!*

**Referendo à  
Interrupção Voluntária  
da Gravidez**

 *Uma mão  
cheia de ideias.* 

*O futuro é agora!*

**Reduzir o  
número de alunos  
por turma**

 *Uma mão  
cheia de ideias.* 

